



Ministério do Trabalho e Emprego
Assessoria Especial de Controle Interno

ATA DE REUNIÃO

Comitê de Governança Estratégica - CGE

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

10ª Reunião Ordinária

Aos 17 dias do mês de Dezembro do ano de 2025, às 09h25, o Comitê de Governança Estratégica (CGE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou a 10ª reunião ordinária na sala de reunião nº 433, 4º Andar, edifício sede do MTE. Estando presentes os membros: Secretário Executivo do Ministério, que presidiu a reunião, Secretária-Executiva Adjunta, Chefe de Gabinete do Ministro, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Diretor de Programa da Secretaria Executiva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Secretário de Inspeção do trabalho, Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho da Secretaria Executiva, Subsecretário de Análise Técnica da Secretaria Executiva, Presidente da FUNDACENTRO (on-line), Consultoria Jurídica, Coordenadora de Ouvidora, Corregedor, Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria Executiva, Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva, Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Executiva, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, Chefe de Assessoria Especial de Promoção da Igualdade no Trabalho, Chefe de Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento Substituto, Chefe de Assessoria Especial de Comunicação, Assessora da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, Coordenador-Geral de Unidades Descentralizadas Substituto e os Superintendentes Regionais do MTE (ouvintes).

O Senhor Secretário-Executivo iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes, ressaltando que este ano o Ministério teve mais emendas que o ano passado, lembrou que é preciso fechar o ano do ponto de vista orçamentário e financeiro, portanto solicitou a toda Secretaria que tenha recurso que não serão liquidados, que se manifestem, pois tais recursos serão remanejados para as unidades descobertas e o Diretor da DAFC entrará em contato para tratar do assunto. A seguir informou que na semana do dia 20 de janeiro de 2026 será realizada uma reunião com a presença do Senhor Ministro Luiz Marinho e todas as autoridades das unidades cuja pauta será a elaboração de um balanço do Ministério para tratar das suas realizações no ano de 2025 e das perspectivas para 2026, já pensando nas políticas públicas a serem consignadas no programa de governo para um próximo mandato. Deu os parabéns a todos pelo empenho e dedicação pois mesmo em meio a grandes desafios e dificuldades e escassez de recursos de pessoal e financeiras o Ministério entregou as 27 conferências, eventos relevantes, políticas públicas importantes, o crédito do trabalhador deve chegar a 100 bi nesse final de ano, o FGTS, o FAT com um balanço muito positivo, dentre outros, por conseguinte, desejou um bom ano e um feliz natal para todos e passou a palavra para o Coordenador do CGE, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, senhor Cláudio Py, que após os devidos cumprimentos informou a pauta do dia e em seguida anunciou o reconhecimento da Controladoria Geral da União sobre o modelo do Ministério referente ao Programa de Integridade, entregando a placa recebida para o senhor Secretário Francisco Macena o qual procedeu com a leitura do texto da placa de homenagem: "a Secretaria de

Integridade Pública da Controladoria Geral da União certifica o nível 3 no modelo de maturidade em Integridade Pública MTE/2025". A seguir, o sr. Py passou a palavra para a senhora Secretária Executiva Adjunta, Luciana Nakamura.

A senhora Luciana Nakamura cumprimentou a todos e iniciou a sua fala falando da nova estrutura do Ministério que entrou em vigência no dia 15 de dezembro de 2025, trazendo as alterações mais importantes, mostrou os dados de estrutura do Ministério desde 2004 até 2025, sendo que em 2004 haviam 2.191 cargos, em 2015, 2.233, em 2016, 1.267, em 2019, 1.643 como Secretaria do Trabalho, 1.452, em 2023, onde o MTE foi recomposto, e recriadas cinco Secretarias incluindo a SENAES, período difícil para a gestão devido à reconstrução do Ministério com uma estrutura fragilizada; Luciana também parabenizou os agentes públicos do Ministério pelo seu desempenho e esforço fenomenal nesse ciclo, pois mesmo com a escassez de recursos conseguiram tocar as políticas públicas e alavancar, graças ao apoio e o suporte do Ministro Luiz Marinho e do Secretário Francisco Macena. Em 2024, com 1.489 cargos, a nova estrutura tratou dos cargos da SENAES e alguns cargos da SPT, dentre outras poucas mudanças. E agora, em 2025, tivemos uma mudança expressiva para 1.849 cargos, foi possível olhar para as competências do MTE mais atentamente, suprimindo carências descobertas de algumas unidades desde a recriação do Ministério, com a vertente principal de atender para a reestruturação das unidades descentralizadas. Tudo isso, só foi possível, devido à negociação do Ministro Luiz Marinho juntamente com o Secretário Francisco Macena. Hoje, temos uma estrutura mais adequada, mais vertical para seguir com as atividades segundo as demandas existentes. Enfim, Luciana apresentou o novo organograma do Ministério, em que a SEMP mudou sua nomenclatura para Secretaria Nacional de Qualificação, Emprego e Juventude - SEQ, tornando-se uma Secretaria Nacional, dentro do Gabinete do Ministro foi criada uma Coordenação-Geral dos Pactos do Trabalho Decente – CGPAC, a ASCOM recebeu dois cargos novos para a sua estrutura administrativa, a CONJUR recebeu dois cargos de assessorias, a Coordenação-Geral de Inteligência Trabalhista recebeu cargos para contar com um setor de inteligência em cada Região do país, sendo dois setores no sudeste, e um no centro-oeste, sul, nordeste e norte. A Coordenação-Geral de Unidades Descentralizadas – CGUD recebeu cargos para reorganizar seus setores de 158 e atendimento. A SAT recebeu um cargo, a SEET uma assessoria, a DGP recebeu uma Coordenação de Processos de Aposentadoria, serviço altamente demandado, e uma Divisão de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor. A Diretoria de Tecnologia da Informação recebeu uma Coordenação-Geral de Segurança da Informação – CGSI, altamente necessária para a segurança dos dados em geral. A DAFC agora será DLOC, Diretoria de Logística, Orçamento e Contabilidade, que recebeu 6 novos cargos, a Coordenação, Elaboração e Análise de Projetos de Arquitetura – COPEG e 5 chefias de Serviços. A Secretaria de Inspeção do Trabalho recebeu 2 novos cargos, a Coordenação-Geral do Cadastro de Empregadores em Ajustamento de Conduta – CGCAD e a Coordenação de Promoção da Conduta Empresarial Responsável – COPRE e dentro do Departamento de Fiscalização, foi criada a Coordenação de Planejamento de Fiscalização do Trabalho – CPFIT e a Coordenação de Erradicação e Fiscalização do Trabalho Infantil – COEFITI e no Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, a Coordenação de Planejamento de Segurança e Saúde no Trabalho – CPSST. A Secretaria de Proteção ao Trabalhador recebeu 2 cargos de assessor, um de assessor técnico e uma Coordenação-Geral do Programa de Alimentação do Trabalhador – CGPAT, juntamente com mais 3 novas competências que é o Programa de Alimentação, o crédito do trabalhador e o seguro desemprego do pescador artesanal, todos incorporados na carteira da SPT. Ainda dentro da SPT, no Departamento de Gestão de Benefícios, foi criada a Coordenação-Geral de Governança e Identificação Profissional – CGID, a Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal – CGSDPA, 3 Coordenações e 5 Divisões. No Departamento de Gestão de Fundos, foi criada a Coordenação-Geral de Fomento ao Crédito e Inclusão Produtiva – CGCIP, responsável pelo Programa do crédito ao trabalhador, 5 Coordenações e 3 Divisões. Na Secretaria de Relações do Trabalho, foram recebidos 4 cargos, um de Assessor e 3 Divisões. Na Secretaria Nacional de Qualificação, Emprego e Juventude – SEQ, foram criados 6 novos cargos, 2 de Assessor, 2 de Assistentes, uma Coordenação e uma Divisão. Em relação às unidades descentralizadas, com a nova estrutura, todos os superintendentes ocuparão cargo FCE 1.13, igualando o cargo em todos os estados federativos, todos os cargos que eram ".01" passarão a ser ".02", e em cada Superintendência e Gerência Regionais, dentro do setor de benefícios, foi criado um núcleo do seguro-desemprego do pescador artesanal. O Ministério hoje possui 93 Gerências Regionais do Trabalho, com 4 Setores, de Inspeção do Trabalho, de Relações do Trabalho, de Identificação do Trabalhador e Registro Profissional e de Benefícios. E, possui 306 Agências Regionais do Trabalho.

O Sr. Py tomou a palavra para apresentar o andamento dos trabalhos referente à gestão do processo de gerenciamento de risco, cuja pauta hoje é aprovar 8 processos pertencentes à DTI e à SEET. Essas duas unidades concluíram o processo de aprovação, fizeram a análise e agora, seguindo o rito, serão apresentados a esse comitê para aprovação. O Sr. Py abriu o sistema AGIR para mostrar os seguintes processos da DTI "provimento de soluções de TIC" que foi gerenciado preenchendo as etapas de: i) dados do processo, ii) análise do ambiente – relevância estratégica, estrutura responsável, principais rotinas, sistemas utilizados, controles existentes, riscos de formulação, riscos de execução, riscos de avaliação, prestação de contas, pessoas, operacionais, metas e indicadores, ambiente externo e interno, criticidade, prestação de contas; iii) identificação dos riscos, iv) avaliação e v) plano de implementação de controle. O segundo processo é "gestão de serviços, infraestrutura e segurança de TIC" com 392 eventos de riscos, sendo 326 de nível baixos e serão aceitos e 66 de nível médio que deverão ser mitigados para serem reduzidos. O terceiro processo é "gestão da aquisição de bens e contratação de serviços de TIC" com 392 eventos de riscos, sendo 324 de nível baixo e 68 de nível médio. O quarto processo é "provimento de soluções de TIC" com 392 eventos de riscos, sendo 330 de nível baixo e 69 de nível médio. Em seguida, agradeceu o apoio da DTI na pessoa do Héber pelo suporte no desenvolvimento do sistema AGIR, elogiando a DTI por sua postura de atuar simultaneamente na mitigação dos riscos assim que são diagnosticados. A seguir, apresentou os seguintes processos de trabalho da SEET: "gestão do quadro brasileiro de qualificações" com 404 eventos de riscos sendo 378 classificados como de nível baixo, portanto serão aceitos e 26, de nível médio, deverão ser reduzidos, por conseguinte seus eventos serão mitigados. O segundo processo de trabalho é "gestão da classificação brasileira de ocupações com 392 eventos de riscos avaliados como de nível baixo, portanto serão aceitos. O terceiro processo "gestão do eSocial" com 426 eventos de riscos, sendo 400 de nível baixo, serão aceitos e 26 de nível médio que deverão ser mitigados com o objetivo de serem reduzidos. O quarto processo "produção e disseminação de estatísticas e informações sobre mercado de trabalho" foram detectados 392 eventos de riscos todos classificados como de nível baixo e serão aceitos. Tanto na DTI como na SEET os eventos de riscos foram devidamente listados, caracterizados com o alinhamento dos controles existentes e controles não existentes e o controle proposto, apresentando a ação para mitigar o risco, todos esses dados inseridos no sistema de gerenciamento de riscos AGIR. Os membros presentes aprovaram por unanimidade os oito processos de gerenciamento de riscos da DTI e da SEET listados sem objeções ou acréscimos.

Em seguida, a palavra foi passada para o senhor Heber Fialho, Diretor da DTI, que iniciou sua fala mencionando que apesar das dificuldades enfrentadas em 2025 foi um ano de bastante entregas. Em destaque, considerem as entregas estratégicas com impacto direto para o cidadão que foram o SIGFAT, Desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador; a FACILITA, Plataforma de Atendimento ao Cidadão Coordenação e implantação da plataforma de transformação digital de serviços do MTE, programada para ser lançada no dia 18/12/2025, o cidadão vai poder: enviar documentos de forma digital; acompanhar e remarcar seus agendamentos; tirar dúvidas, fazer solicitações e requerimentos totalmente online; e acompanhar suas solicitações de forma segura e transparente através da conta Gov.Br; o SEGURO DEFESO, contratação e implantação da plataforma de cadastramento dos pescadores; o Crédito do Trabalhador, coordenação dos trabalhos envolvendo Dataprev, Serpro e CEF; o CNES, Cadastro Nacional de Entidades Sindicais Reconstrução e migração do legado, o novo CNES Centraliza informações sobre entidades sindicais (sindicatos, federações e confederações) do país e realiza a emissão e validação de Certidão Sindical, permitindo o desligamento do CERSIN, faz também consultas públicas referentes a informações de cadastro e solicitações, permitindo o desligamento das consultas públicas do CNES; a CELESTE, Assistente Virtual Inteligente Internalização e evolução da solução de IA para atendimento ao cidadão; e a Nova Rede de Conectividade do MTE, Implantação de nova rede de conectividade em 376 unidades do MTE. O senhor Secretário Executivo, Francisco Macena, fez uso da palavra para informar que, na semana passada, foi assinado um Termo descentralizado de crédito com a Universidade de Brasília para cadastramento e preservação de todos os documentos históricos do Ministério, presentes na Sede e nas Superintendências. A DTI entregou também 34 painéis, contribuindo para a melhoria na tomada de decisão ao entregar inteligência de dados, foram 27 painéis internalizados: Painel Mercado de Trabalho; Painel Relações do Trabalho e 25 Painéis da Inspeção do Trabalho e 7 painéis desenvolvidos: Painel de Emendas Parlamentares; Painel de Indicadores Plano Estratégico MTE; Relatório de Igualdade Salarial – 2025; Painel contratos vigentes; Painel de custos do MTE; Painel para consulta base de dados do

Teradata; e Painel de demandas CGSOL. Adiante, Heber apresentou a evolução do ambiente tecnológico do Ministério de 2023 a 2025, graças ao trabalho de estruturação oriundo de muito trabalho de toda a equipe da DTI mas também do trabalho de coordenação do gestor de governança do Ministério na pessoa do Gilson os apoiando muito na criação da normatização, na criação de padrões e modelos de governança. Contribuindo para o aumento da sua maturidade, o que acaba por facilitar o trabalho, porque é uma bússola que orienta o trabalho das equipes técnicas de Infraestrutura, de Desenvolvimento de Sistemas, das aquisições, da tomada de decisão. Assim, quando é feito um plano diretor de Políticas da Informação, faz-se a discussão com o comitê de Governança Digital para tomar a decisão e priorizar aquilo que é mais importante para o Ministério. Porque não é a DTI que toma a decisão isoladamente, essa é uma decisão que tem de estar alinhada com o negócio do Ministério e com a prioridade de cada uma de suas Secretarias. Pois bem, a situação inicial do ambiente tecnológico do MTE em 2023 era: parque tecnológico obsoleto, falta de equipamentos para os servidores e de infraestrutura, links de internet inadequados, suporte ao usuário precário, uso de domínios obsoletos, serviço de backup precários, serviços de infraestrutura desatualizado, soluções de segurança ineficientes e serviços de processamento desatualizados. Já em 2023 foi implementado: modernização do parque tecnológico, substituição de desktops, notebooks e monitores, migração de domínios para @trabalho e @previdencia, solução de backup em nuvem, implantação de switches nas SRTE, implantação de suporte ao usuário N1, N2 e N3. Contratação e implantação do serviço de segurança e aprovação da política de backup. Em 2024 entregou-se: contratação da plataforma de tratamento e cruzamento de dados, conectividade de rede, contratação da manutenção da solução de armazenamento, licenças Microsoft, contratação do serviço de impressão, serviços de segurança, balanceador de carga e autocad. E em 2025: crédito do trabalhador, seguro defeso, CNES, FACILITA, CELESTE, SIGFAT, nova rede de conectividade do MTE, 10 novos servidores, 2 servidores para IA, novo Storage (equipamento de armazenamento) e substituição de 70% de desktops e notebooks. Enfim, informou que a DTI foi escolhida pela Secretaria de Governo Digital em primeiro lugar, recebendo o prêmio de líder em transformação digital 2025, premiação do III Fórum dos Líderes de PTDs do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Adiante, a palavra foi passada para a Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), Senhora Débora Hernandes, que apresentou algumas ações desenvolvidas em 2025, como o trabalho na comunicação interna com o apoio da ASCOM, foi realizado a divulgação mensal do cronograma da folha de pagamento, as ações da DGP, investiu muito, internamente, na DGP, na ferramenta da comunicação não-violenta, iniciou o diálogo com o núcleo de gestão de pessoas das Superintendências. Sobre o Programa de Gestão e Desempenho, o processo encontra-se em andamento, devidamente instruído no SEI, houve uma reestruturação da portaria que em breve será publicada e traz a novidade que será compulsório, terá a atuação de um comitê de avaliação e monitoramento, cada servidor participante deverá informar um número de telefone pessoal disponível e retornar a ligação em no máximo uma hora o contato por e-mail, telefone, mensagens ou qualquer outro tipo de comunicação. Em relação ao aumento da eficiência, houve o aperfeiçoamento dos processos de cadastro e da folha de pagamento, um mapeamento dos processos de reposição ao erário e de exercícios anteriores e judiciais, houve a automatização dos pagamentos bônus dos auditores fiscais do trabalho e das indenizações de transporte que são aproximadamente 5.500 pagamentos por mês, inclusive, já estão automatizando a nova estrutura. Quanto ao desenvolvimento de pessoas, foi publicada a portaria do GECC, com alterações no percentual de pagamento, e a portaria PNDP, com as regras para afastamento e o requisito de banco de multiplicadores, foram realizados 42 cursos, com 700 servidores capacitados entre junho e novembro e o custo individual dessa capacitação foi aproximadamente R\$ 350,00 em 2025, sendo que em 2024 foi de R\$ 1.150,00 no mesmo período. Referente à qualidade de vida, foram feitas várias palestras sobre saúde mental, realizou-se a semana do servidor, foi publicada a portaria de elogio funcional, e para o ano de 2026 pretende-se implementar a política de clima organizacional realizar uma pesquisa de clima organizacional e hoje, encontra-se em elaboração uma minuta da política de qualidade de vida que será apresentada à Secretaria-Executiva do Ministério. E, sobre a recomposição de recursos humanos, o Ministério tem 554 servidores que estão cedidos ao MTE, destes, 78 são por reembolso e há, hoje, 70 processos em andamento de servidores de reembolso que irão compor o quadro do nosso Ministério. Em seguida, apresentou o resultado da pesquisa realizada em todo o Ministério na sede e nas unidades descentralizadas sobre a avaliação do evento da semana do servidor e 55% avaliaram no nível máximo, 80% disseram estar satisfeitos ou muito satisfeitos e 60% dos respondentes foram das unidades

descentralizadas. Falou sobre o trabalho de nomeação dos 900 novos auditores fiscais do trabalho aprovados no concurso realizado no ano de 2024, agradecendo à coordenadora-geral Jaciara pelo empenho e excelência na condução das ações juntamente com toda a equipe, agradeceu também a Conjur na pessoa do senhor Ricardo Panquestor, a DTI, a SIT e as Superintendências, pois trata-se do maior processo histórico de provimento de servidores do Ministério, cujo cargo é estratégico e sensível, houve um elevado grau de judicialização, contou com articulação interministerial com o MGI e com a integração de mais de 100 unidades descentralizadas em todo o Brasil. Foi realizada a nomeação dos 900 auditores e conseguiu-se colocar todos na folha de pagamento, foram 30 dias de trabalho inclusive os finais de semana para que isso fosse possível. Por fim, agradeceu ao apoio da Secretaria-Executiva do Ministério inclusive ao subsidiar servidores para trabalhar nesse projeto, reconhecendo que sem este apoio o trabalho não teria sido realizado.

A seguir, a palavra foi dada ao coordenador de transparência da ouvidoria, senhor Alexandre Souza para apresentar o plano de dados abertos – PDA para a aprovação dos membros do comitê gestor. A vigência do plano é de 2025 a 2027, realizadas 82 bases, hoje tem-se 19 bases disponibilizadas no portal de dados abertos com a previsão de mais 11 a serem disponibilizados, para chegar a esse número foi realizado uma matriz de priorização com critérios e pesos atribuídos para cada assunto das áreas, classificação dos dados do inventário, após foi realizada participação social através de uma consulta pública, definição do cronograma de abertura dos dados, devolutiva à sociedade referente ao resultado da consulta pública, registro documental de todas as etapas anteriores e a aprovação e publicação do Plano de Dados Abertos. Após ser aprovado, será realizada a capacitação dos responsáveis pela publicação dos dados selecionados para abertura, a fim de garantir os pré-requisitos: O processo de publicação de dados abertos; Processo de catalogação dos metadados e dicionário de dados; A correta disponibilização dos dados, com uso de URL fixa, nomenclatura padronizada conforme o PDA e respeito ao cronograma de abertura; O acompanhamento contínuo do cumprimento do cronograma de abertura de dados; Publicação dos dados, assegurando o uso de URL fixa, seguindo a nomenclatura idêntica à apresentada no Plano de Dados Abertos (PDA). O senhor coordenador do CGE, senhor Claudio Py propôs a aprovação do PDA que foi aprovado por unanimidade pelos membros presentes, assim, foi orientado que a Ouvidoria providencie os encaminhamentos referente à minuta de portaria do PDA a ser publicada pelo Ministro do MTE.

O senhor Secretário passou aos informes: no dia 19 de janeiro, completa-se noventa anos do salário mínimo. E em 2026 também completa-se 20 anos que o presidente Lula no seu mandato estabeleceu a política de valorização do salário mínimo ou aumento real acima da inflação. Nós produzimos junto com a casa da moeda, uma moeda comemorativa dos 90 anos do salário mínimo e os 20 anos da política de valorização, inclusive, o artista nosso, o Lucas, é quem fez toda a arte da moeda, tem “Getúlio Vargas”, tem Carteira Profissional”, tem "Indústria", tem "Agricultura", tem toda uma concepção da arte. São milhares de moedas. O Ministério do Trabalho já reservou mil moedas para a Conferência Nacional do Trabalho, vai entregar para todos os delegados, convidados etc, vai ter algumas moedas para o Ministro e tem moedas para o Presidente. As moedas do Presidente serão de prata e as demais serão de bronze. Assim, dia 16 de janeiro, o senhor Ministro Marinho e o Presidente Lula vão à casa da moeda quebrar a cunha da moeda, o que a torna uma moeda mais valiosa porque só esse número que foi produzido será feito. A casa da moeda vai vender também uma quantidade além daquela que o Ministério irá adquirir. A senhora Subsecretária Paula está organizando um livro que vai relatar os avanços do salário mínimo nesses noventa anos e também a política de valorização do salário mínimo. São artigos que pesquisadores, técnicos e especialistas estão elaborando e terá apresentação do Presidente, Prefácio do Ministro Marinho que será lançado no dia 24 de fevereiro aqui no Ministério do Trabalho com a Presidência da República, com a presença do Presidente Lula. Pela primeira vez na história desse país, um Presidente irá vir ao Ministério do Trabalho e Emprego. Nós temos a Conferência Nacional, esse livro o primeiro, vai ser uma edição especial com capa dura etc para o Presidente e o Ministro Marinho poderem presentear convidados, queremos fazer uma edição maior, e queremos fazer o lançamento desse livro nos 27 estados brasileiros

A seguir, o senhor Claudio Py iniciou a sua apresentação sobre a supervisão ministerial, em que no ano de 2025, referente ao TCU, a AECI está monitorando 179 acórdãos, foram enviadas 264 comunicações, dessas recomendações e determinações, 79 estão encerradas e 95 estão em andamento, e 11 auditorias em andamento mas que não se materializaram em relatório a ser enviado para a AECI. Em relação à CGU, são 119 recomendações em andamento, 82 em análise, e 37 encontram-se em atendimento pelo Gestor, já foram

suspensas, concluídas e consolidadas 100, e existem 5 auditorias que ainda não foram materializadas em relatório. Esses dados encontram-se no painel do controle interno e na transparência Brasil. Sobre a tomada de contas especial, esse ano foi encaminhadas ao TCU 129, destes, 24 tiveram débitos inferiores, e 7 ainda estão no controle interno e tem 3 que precisam de alguns ajustes e também tem 54 que estão em processo de elaboração.

Rogério pediu a palavra para falar a pedido do Secretário-Executivo sobre o desafio de encontrar um recurso devido ao orçamento deficitário, ou seja, tem algumas despesas a cumprir que não tem o respectivo orçamento na unidade que precisa fazer essa execução. A busca é de 15 milhões de reais para o Ministério fechar essa conta. Em contrapartida, quando se olha o quadro geral das despesas discricionárias do Ministério hoje a gente está em um percentual altíssimo de execução em recursos empenhados, coisa de 97% do orçamento do MTE já encontra-se empenhado, mas a gente tem do ponto de vista de despesas pagas apenas 46%, ou seja, um valor muito grande empenhado mas sem o respectivo pagamento. Isso corresponde a 348 milhões de reais que está naquela fase ainda inicial de processo de liquidação, ou seja, o recurso foi empenhado em favor de alguém, mas o processo de pagamento efetivo de transferência ou qualquer que seja o instrumento ele ainda não foi iniciado. Então, de onde a gente entende que pode ser possível buscar um recurso para chegar a essa monta de 15 milhões que é essencial para o Ministério referente ao custeio do e-social, um dos sistemas mais importantes do Ministério e do governo, então a ideia é passar com cada unidade, especialmente aquelas que ainda tem a dotação de crédito orçamentário disponível ou com valor muito elevado, essa diferença entre crédito empenhado e o a liquidar para que seja feita uma conversa com os senhores para que cada um a partir de sua própria avaliação faça um olhar sobre essas despesas e possa contribuir com aquilo que for possível para disponibilizar uma parte desse orçamento para que o Ministério cumpra com essa obrigação dos 15 milhões do e-social, então, eu vou procurar os chefes de gabinetes das respectivas unidades técnicas orçamentárias das Secretarias para realizar esse alinhamento.

O Diretor de Programa da Secretaria Executiva, Senhor Odair Behn, pediu a palavra para continuar com os informes sobre os eventos a serem realizados no ano de 2026. Informou que será realizado uma sequência de eventos em comemoração aos 60 anos do FGTS, foi aprovado agora em dezembro no conselho curador da CAIXA o montante de 85 milhões de reais para desenvolver essas ações em comemoração ao longo do ano, como filmes, publicidade, corrida, eventos culturais, medalhas, moedas, selos comemorativos com os correios, e uma sequência de conferências nas 27 Superintendências no mesmo modelo da Conferência Nacional do Trabalho de valorização do FGTS e de todas as políticas de proteção do trabalhador e de obras e recursos de investimentos que foram conquistados nos últimos 60 anos com os recursos do FGTS, protegendo ainda mais esse patrimônio brasileiro.

Em seguida, o senhor Cláudio Py leu alguns dos comentários e/ou perguntas do chat:

"Sobre a apresentação da Luciana e as melhorias apresentadas em nossa estrutura, todo o nosso reconhecimento e as felicitações pela importante conquista. A exemplo do nivelamento promovido aos Gestores Regionais, que atende as SRTes do Grupo 3, esta luta, pelo que eu acompanho, já tem 30 anos. Parabéns! A Evolução do CNES, representa outra grande vitória, pois a versão anterior se encontrava obsoleta demais e quase não se permitia a navegação." Alcimar das Candeias da Silva

"E sobre as aposentadorias, estamos com servidores que requereram em janeiro e ainda não tiveram o processo concluído. Estamos sendo demandados com o Processo SEI 13621.222934/2025-00 (um ofício solicitando a intervenção dos Superintendentes dos Estados junto ao Ministro do Trabalho) para que façamos a interlocução no MGI em prol da inclusão da carreira de nível médio nessa atual reestruturação (Projeto de Lei nº 6.170/2025)." Alcimar das Candeias da Silva

"Gostaríamos também de informações sobre estes servidores temporários, tipo: como está esse processo de seleção, está sendo conduzido de forma centralizada, e as vagas, qual a previsão?" Alcimar das Candeias da Silva

A Secretária Executiva Adjunta, senhora Luciana Nakamura respondeu a pergunta sobre a contratação dos temporários, existe em andamento o processo de contratação dos temporários para atender o pescador artesanal e também para atender a prestação de contas. Serão chamados os aprovados no concurso unificado 1 e dos que foram aprovados fora das vagas mas que foram classificados. O MGI nos passou essa lista e a DGP está tratando disso diretamente, entrando em contato com eles perguntando se tem interesse em assumir

essa vaga no MTE como temporário. Uma parte será contratada para atuar no pescador artesanal nas unidades descentralizadas e na sede. Outro grupo irá atuar na prestação de contas, na SEMP e na SENAES. Sobre a carreira dos agentes administrativos, Luciana mencionou que se tratam de servidores altamente dedicados e fazem além das suas atividades. Em maio o Ministro encaminhou proposta referente à carreira dos servidores de nível médio, porém isso não depende somente do Ministro Marinho, depende de uma decisão de governo e ele passou esse processo de reestruturação da carreira que não avançou com o MGI a gente tem um problema na carreira porque tem na mesma carreira a Previdência, o Trabalho e a Saúde e devido ao grande número de servidores na Saúde, enfrenta-se uma dificuldade muito grande de fazer essa reposição. Hoje não há no governo um pensamento de recompor a carreira de nível médio, pretende-se apenas recompor a carreira de nível superior e eles estão transformando a carreira de nível médio, ou seja, é uma carreira que tende a não ter mais concurso, agora o MGI quer substituir pelo ATA, Analista Técnico Administrativo que é uma carreira transversal. Porém, foi criado um grupo de trabalho de reestruturação da carreira de nível médio que está sendo coordenado pela DGP que há um apoio na reestruturação na carreira no Ministério, todo o apoio que o Ministro Marinho pode dar para a reestruturação dessa carreira ele tem dado, só que existem alguns entraves como a questão orçamentária, e também na questão de gestão com os outros órgãos na forma como está sendo vista a administração pública, de toda forma, deixo aqui meu reconhecimento aos nossos servidores que tem lutado muito para a recomposição do Ministério, da reestruturação do Ministério, é sabido que há uma dedicação muito grande de todos esses servidores aqui. E assim, a gente tem outras carreiras, a gente tem outros servidores de outras carreiras, a gente recebeu os analistas técnicos administrativos, os analistas de tecnologia da informação, os EPPGG, não estamos conseguindo recompor a carreira de nível médio, porém conseguimos recompor um pouco com o concurso CNU 1 e com o CNU 2 teve o concurso da FUNDACENTRO que recompôs a nossa unidade desvinculada e também iremos receber ATAS.

A Chefe de Assessoria Internacional pediu a palavra para perguntar o que poderia ser feito para recompor a carreira dos servidores de nível médio por ora, se seria possível propor mudança na legislação, ou como poderiam receber uma gratificação, por exemplo, como a GSISTE de nível superior já que desempenham atividades bem específicas, como é o caso de dois servidores lotados na Assessoria Internacional. Luciana respondeu que no caso específico dessa carreira, nem mudando a legislação e nem há como receberem GSISTE, no caso de nível médio, pois a GSISTE é restrita para quem atua dentro de sistemas estruturantes, portanto, o Gabinete do Ministro não está dentro do sistema estruturante para conceder GSISTE.

A Diretora de Gestão de Pessoas, senhora Débora, pediu a palavra para comentar que no processo citado pelo senhor Alcimar das Candeias está previsto uma gratificação que se equivale a GSISTE para esses servidores de nível médio, vai ser na média de R\$ 1.800,00, vai haver uma gratificação, ou seja, todos esses servidores de nível médio que não recebem GSISTE vão poder receber. A senhora Luciana Nakamura tomou a palavra para complementar dizendo que uma opção seria o Ministério das Relações Exteriores iniciar um processo de criação de GSISTE para quem atua nas assessorias internacionais.

O senhor Cláudio Py, Coordenador do CGE, agradeceu a presença de todos e a Secretária-Executiva senhora Luciana Nakamura, após agradecer a presença de todos os presentes e os que acompanharam on-line encerrou a reunião às 11h40. E, eu, Josabet Dourado Guerra, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antonio de Almeida Py, Chefe de Assessoria Especial**, em 19/02/2026, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Lacerda e Silva, Chefe**, em 19/02/2026, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Xavier Rocha, Diretor(a)**, em 19/02/2026, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TANIA SILVA DE ALMEIDA, Chefe de Assessoria Especial**, em 19/02/2026, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MONTAGNER, Subsecretário(a)**, em 19/02/2026, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Debora Hernandes Figueira, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 19/02/2026, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Winye Góes Silva, Chefe de Gabinete Substituto(a)**, em 20/02/2026, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Humberto Midlej Bastos, Assessor(a)**, em 20/02/2026, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Marcello Fonseca Marques, Ouvidor(a)-Geral**, em 20/02/2026, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Odair Henrique Michels Behn, Diretor(a) de Programa**, em 20/02/2026, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Mendes Monteiro, Corregedor(a)**, em 20/02/2026, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marta Trindade Veloso Fulcar, Chefe de Gabinete**, em 20/02/2026, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Charles Alyson Fonteneles Moura, Coordenador(a)**, em 20/02/2026, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Pereira de Souza, Agente Administrativo**, em 23/02/2026, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monique Mercante Moura, Diretor(a)**, em 23/02/2026, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANATALINA LOURENÇO DA SILVA, Chefe de Assessoria Especial**, em 23/02/2026, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS DA SILVA, Chefe de Assessoria Especial**, em 27/02/2026, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heber Fialho Maia Junior, Diretor(a)**, em 27/02/2026, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO CRISPIM SENA BARROS, Chefe de Assessoria Especial**, em 02/03/2026, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=7449498&crc=E9323AFB, informando o código verificador **7449498** e o código CRC **E9323AFB**.

Referência: Processo nº 19955.200314/2024-35

SEI nº 7449498